

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL  
OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA 03/2023**

**AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E  
SEGURANÇA NO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE  
FARO**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**2023**

## **Artigo 1º. OBJETO DO CONCURSO**

1. O presente procedimento tem por objeto a celebração de um contrato para **AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL DE FARO**, a adjudicar no âmbito de abertura de procedimento de “*Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia*”.
2. Será conduzido segundo o estabelecido pelo Código dos Contratos Públicos (adiante só CCP) Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e a Lei 30/2021 de 21 de maio.
3. A presente aquisição de serviços encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o código 79714000-2 designado de Serviços de Vigilância.

## **Artigo 2º. ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. A entidade adjudicante é a Ambifaro - Gestão de Equipamentos Municipais E.M., pessoa coletiva n.º 504497782, com sede em Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, Ed. Mercado Municipal, Piso 2, 8000-151 Faro, com o telefone (+351) 289 897250 e o endereço eletrónico: [geral@ambifaro.pt](mailto:geral@ambifaro.pt)

## **Artigo 3º. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

1. A abertura deste procedimento foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Entidade Adjudicante de **10 de janeiro de 2023**, cuja deliberação consta na **ata n.º 591**.
2. A escolha do procedimento de “Concurso Público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia” fundamenta-se no âmbito da alínea a), n.º1 do art.º 20º do CCP.

## **Artigo 4º. CONSULTA DO PROCESSO DE CONCURSO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública “Acingov”, disponível através do endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação de propostas.
2. Adicionalmente as peças do procedimento, ficarão disponíveis na Ambifaro – Gestão de Equipamentos Municipais E.M., para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio no JOUE, nos termos do artigo 131.º do CCP, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, no horário compreendido entre as 09h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00.

### **Artigo 5º. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

A proposta deverá ser apresentada até às 23h59 horas do 30º (trigésimo) dia a contar da data do envio, para publicação do anúncio, aos Serviços das Publicações Oficiais da União Europeia.

### **Artigo 6º. PREÇO BASE**

O preço base do presente procedimento é de **245.196,00€ (duzentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e seis euros)** para o conjunto dos 36 meses, com um valor máximo de **81.732,00€ (oitenta e um mil setecentos e trinta e dois euros)** por cada período de 12 meses, acrescido de IVA à taxa legal aplicável.

### **Artigo 7º. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação é “o da proposta economicamente mais vantajosa”, segundo a modalidade monofator, determinada pela avaliação do preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, uma vez que quer o presente programa de procedimento, quer o respetivo caderno de encargos definem e caracterizam todos os restantes elementos necessários à execução e identificação do objeto do contrato, sem prejuízo da ponderação do sub-critério identificado no número seguinte do presente artigo, em caso de empate.

2. Em caso de empate no valor da proposta apresentada, será utilizado como critério de desempate o do sorteio, na presença de pessoa habilitada pela entidade concorrente, em dia e hora a marcar pela Entidade Adjudicante, de onde será lavrada uma ata.

### **Artigo 8º. ESCLARECIMENTOS**

1. Os pedidos de esclarecimento relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos devem ser solicitados através da plataforma eletrónica referida no Artigo 19º, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos serão prestados através da plataforma eletrónica referida no Artigo 19º, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao prazo fixado para a apresentação da proposta.

4. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites.

5. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao dia anterior ao prazo

fixado para a apresentação da proposta, ou até ao final do prazo de entrega de proposta, devendo, neste último caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

6. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

### **Artigo 9º. ERROS E OMISSÕES**

Os erros e omissões a que se refere o número anterior devem, em tudo a que digam respeito, cumprir o disposto no Artigo 50.º, nº2 do CCP.

### **Artigo 10º. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), de acordo com o disposto no n.º 6 do Artigo 57.º do CCP, de formato eletrónico, que deve ser obtido na área específica do Portal Base: Contratos Públicos Online, em <https://www.base.gov.pt/deucp/>
  - i) O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
  - ii) No caso de apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DECP por cada membro que o integra;
  - iii) Deve ser enviado em ficheiro com a designação “ANEXO\_CP03/2022\_DEUCP.pdf”.
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos e elementos integrantes e essenciais da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, designadamente:
  - i) O preço mensal do serviço e para o conjunto dos 36 meses (em algarismos e sem incluírem o IVA);
  - ii) Nota justificativa do preço, descriminando designadamente o preço da prestação do serviço e o preço pago à hora, a cada trabalhador, considerando as várias componentes integrantes do preço dos serviços de segurança privada;
- c) Documentos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente:

- i. O preço da hora extra, diurna e noturna;
  - d) Certidão comercial emitida pela respetiva Conservatória do Registo Comercial ou código de acesso à certidão comercial on-line, com a inscrição da empresa e todos os registos em vigor, devidamente atualizada, relativas ao adjudicatário.
  - e) Quaisquer outros documentos que os concorrentes possam considerar oportuno juntar a fim de justificar e contextualizar a sua proposta, nomeadamente, caso assim o entendam, as justificações inerentes à apresentação de um preço anormalmente baixo, segundo o estabelecido no Artigo 71.º, n.º4 do CCP, se for o caso.
2. Os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou representante que tenham poderes para o obrigar e obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais.
  3. Os documentos indicados no número 1 deverão ser submetidos em formato digital na plataforma eletrónica indicada no Artigo 19º, cumprindo o disposto no Artigo 20º.

#### **Artigo 11º. PROPOSTAS VARIANTES E NÃO SUJEIÇÃO A NEGOCIAÇÃO OU EQUIPARADAS**

1. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
2. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 12º. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica identificada no Artigo 19º.
2. Independentemente de outras formalidades estipuladas pelo CCP e demais legislação em vigor, as propostas devem cumprir o disposto no Artigo 20º.

#### **Artigo 13º. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas por um prazo mínimo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, prorrogáveis por iguais períodos de tempo, salvo nos casos em que o concorrente manifeste vontade em contrário na sua proposta.

#### **Artigo 14º. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas, nos termos do artigo 72.º do CCP.

2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desse que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do Artigo 70.º do CCP.

3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores são disponibilizadas na plataforma eletrónica identificada no Artigo 19º, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

### **Artigo 15º. EXCLUSÃO DE PROPOSTAS**

Para além do previsto no CCP e demais legislação em vigor, são excluídas as propostas:

- a) Que não cumpram o prazo estabelecido no Artigo 5º do presente programa de procedimento;
- b) Que não sejam acompanhadas dos documentos e menções referidas no Artigo 10º do presente convite;
- c) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas em geral, e específico com o disposto no Artigo 20º;
- d) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os candidatos prestem culposamente falsas declarações.

### **Artigo 16º. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá o adjudicatário, apresentar diretamente na plataforma eletrónica identificada no Artigo 19º, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante no anexo II do CCP;
- b) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do Artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão comprovativa da situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do Artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do Artigo 55.º do CCP;

- e) Identificação da(s) pessoa(s) que tomará(ão) parte na outorga do contrato como representante da firma (nome, domicílio profissional, n.º de contribuinte e documento comprovativo dos poderes de representação;
- f) Cópia do título válido, emitido nos termos do Artigo 4º da Lei 34/2013, de 16 de maio, que certifique que a empresa que apresenta proposta dispõe de licença para o exercício da atividade de segurança privada.
- g) Listagem com a identificação do pessoal a afetar ao objeto do presente procedimento, com indicação do chefe de grupo.

2. Os documentos são redigidos em língua portuguesa, salvo, quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que são acompanhados de tradução devidamente legalizada que prevalece sobre os originais, e apresentados na plataforma eletrónica melhor identificada no Artigo 19º, salvo se disponíveis na Internet, caso em que pode, em substituição, indicar-se o endereço do sítio onde podem ser consultados e a informação necessária à consulta, desde que o sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Para efeitos de consentimento à consulta de informação nos termos do número anterior, informa-se que o Número de Identificação Fiscal (NIF) é: 504497782, e o Número de Identificação da Segurança Social é: 20007416318.

4. A Entidade Adjudicante pode exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no número 1.

5. A adjudicação caduca nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

6. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis, após notificação para a supressão das irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

### **Artigo 17º. CAUÇÃO**

Nos termos do disposto no n.º 2, da alínea a), do Artigo 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução.

### **Artigo 18º. CONTRATO**

O contrato será reduzido a escrito.

### **Artigo 19º. PLATAFORMA ELETRÓNICA**

1. Para o efeito da tramitação eletrónica do procedimento será utilizada a plataforma “AcinGov” com o endereço eletrónico: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite efetuar a consulta, *download* das peças, inscrição e participação nos procedimentos de contratação pública da Entidade Adjudicante.



3. Todo o procedimento é desenvolvido através dos meios disponibilizados pela plataforma eletrónica.
4. Devem ser submetidos à plataforma eletrónica, designadamente, as notificações, comunicações, informações, pedidos de esclarecimentos, respostas a esclarecimentos, relatórios, a pronúncia em audiência prévia e os documentos de habilitação.
5. Para efeitos do disposto no número anterior, atento o estipulado no Artigo 469.º do CCP, devem ser efetuadas até às 17:00 horas.
6. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica indicada no número 1, poderão recorrer aos serviços técnicos junto da entidade gestora da mesma, disponível nos dias úteis das 08:30 às 19:00 pelos seguintes contactos: telefone: 707 451 451; endereço eletrónico: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

#### **Artigo 20º. ASSINATURAS ELETRÓNICAS**

1. Todos os documentos carregados nas plataformas eletrónicas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada emitida por uma entidade certificadora credenciada.
2. A lista das entidades certificadoras credenciadas para emissão das assinaturas mencionadas no número anterior pode ser consultada no sítio eletrónico: [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nomeadamente ata da sociedade concorrente ou procuração autenticada conferindo poderes especiais à assinante, consoante os casos.
4. No caso de pessoas singulares, o documento indicado no número anterior deve ser acompanhado pela cópia do respetivo documento de identificação; no caso de pessoas coletivas, deve ser acompanhado pelo código de acesso à certidão permanente ativo para consulta no sítio eletrónico: [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt).
5. Caso os documentos carregados nas plataformas eletrónicas não cumpram o disposto nos números 3 e 4 do presente artigo, poderão os serviços técnicos da entidade adjudicante indicar tais lacunas, podendo o concorrente sanar as irregularidades encontradas, através da junção dos documentos em falta que legitimem a intervenção do assinante, sob pena de, ainda assim, após tal notificação, tal lacuna se manter, ser a proposta definitivamente excluída.

#### **Artigo 21º. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Em caso de divergência, entre o anúncio, o programa de procedimento ou o Caderno de Encargos, prevalece sobre quaisquer indicações, o constante no Caderno de Encargos.
2. As normas do programa do concurso prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios ou da plataforma com elas desconformes, sem prejuízo do disposto no artigo 8º supra do presente programa de procedimento.